

SUBJETIVIDADE E MATERIALIDADE:

CIDADE, ESPAÇO E TRABALHO

*Maria Luísa Magalhães Nogueira**

RESUMO

Discutimos, no presente texto, a relação estabelecida entre a categoria espaço (considerado socio-historicamente) e a dimensão subjetiva dos diversos atores sociais que dele, necessariamente, se apropriam. Partindo da cidade, objeto privilegiado de nossa análise, buscamos, além de uma breve discussão sobre alteridade, indicar a articulação do espaço com a formação e consolidação de identidades. Para a discussão deste processo, tomamos, especialmente, a centralidade do trabalho nos novos arranjos urbanos. Entendemos que é de suma importância a reflexão sobre a relação espaço/subjetividade. A partir de uma ótica transdisciplinar, buscamos destacar, na cidade moderna, a questão da segregação e seu impacto subjetivo.

Palavras-chave: espaço; subjetividade; trabalho; cidade.

SUBJECTIVITY AND OBJECTIVITY:

CITY, SPACE AND WORK

ABSTRACT

The paper discusses the relationship between the subjectivity and the space occupied, as it is historically and socially appreciated. For the purpose of the analysis the “city” is the chosen object of our present study. Besides discussing alterity, by checking the changes in that relationship, this paper tries to point out how space creates and consolidates human identities and the centrality of work in the actual urban arrangements. It’s really important to think about the relationship between space/subjectivity. Through a transdisciplinary point-of-view, the aim of the present article is to discuss the issue of segregation and its subjective impact.

Keywords: space; subjectivity; work; city.

*Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Psicologia Social/UFMG; Doutoranda em Geografia (IGC/UFMG). Professora do Departamento de Psicologia da UFMG. Rua Desembargador Torres, 37/302 - Bairro Caiçara- Belo Horizonte/MG - CEP. 31230-080.
E-mail:marilumn@yahoo.com.br

“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –,
mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo.
Depois acrescenta:
- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
- Sem pedras o arco não existe.”
(CALVINO, 1990a, p. 14)

ESPAÇO – BUSCANDO A MATERIALIDADE DA DIMENSÃO SUBJETIVA

A constante produção e apropriação que o ser humano faz do espaço revela a importância deste elemento na constituição do humano: no espaço, homens e mulheres imprimem sua marca, desenvolvem relações de poder e de subsistência (proposta). Afinal, o espaço toca as diversas esferas da vida cotidiana. Buscaremos no presente texto colocar em relevo a importância do espaço para a compreensão da dinâmica social, como pudemos perceber no desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado (NOGUEIRA, 2004), cujo conteúdo apontou para essa discussão.¹ Para tanto, tomamos a cidade como objeto dessa reflexão, especialmente pela possibilidade dada pelo espaço urbano: a de revelar de forma explícita as contradições do jogo social e a de ser, por excelência, síntese do capitalismo.

A cidade revela aos atores sociais uma dinâmica específica, como já discutia Simmel em 1902 no clássico texto “A metrópole e a vida mental”. A metrópole – cidade moderna, capitalista e ocidental – apresenta determinados padrões de produção espacial, levando a seus habitantes valores, reordenação simbólica e representações referentes aos lugares que ocupam: lugares sociais e lugares espaciais.² Assim, por meio da exploração do objeto espaço urbano, a cidade, buscamos colocar em relevo a discussão sobre a relação espaço-dinâmica psicossocial.

Neste sentido, iniciamos a discussão refletindo a respeito de como a psicologia pode, em diversos momentos, desconsiderar a categoria espaço como elemento imprescindível para a realização de uma análise da vida social. Isto é: como podemos compreender a dimensão subjetiva desconectando-a da realidade, tratando-a como algo desconexo – autônomo? Assim, o objetivo do presente texto repousa no esforço de contribuir à discussão sobre a *práxis* da psicologia, reforçando nosso compromisso político de não desconhecer a complexidade do humano, tomando, para tanto, a produção da subjetividade em relação à produção do espaço.

Nossa crítica a uma certa psicologia se justifica pela compreensão de que o espaço define, em primeira instância, a possibilidade da existência do ser humano e da produção dessas condições de existência. O trabalho, fundamento do humano, é condição da existência humana. Neste mesmo sentido, o espaço, como já o

propôs Milton Santos (SANTOS, 1999), é a condição à ação objetiva no mundo. Neste processo, percebemos que a geografia se coloca no centro de nossas questões, a exemplo do que relata Michel Foucault acerca de suas pesquisas:

[...] agora me dou conta que os problemas que vocês colocam a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo número de coisas que relacionava estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias (FOUCAULT, 1979, p. 164).

Entre outras contribuições, consideramos a geografia humana de Milton Santos suporte adequado de nossa viagem a esses “lugares” pouco explorados pela psicologia. Desta forma, vejamos as premissas ontológicas que orientam o desenvolvimento do presente texto:

1. A “subjetividade” humana (FURTADO, 2002), compreende um processo de construção social, intimamente relacionado com as mudanças nos modos de organizar o território e atuar politicamente. Essa experiência é construída pela objetivação, pela ação humana na natureza (no “espaço”), no processo socio-histórico – logo, dada pelo “trabalho” (em cada contexto específico de produção); a subjetividade é o processo de invenção de si, a força da invenção da vida, de experimentação e apreensão particular e única do mundo, através do modo como cada sujeito se produz como um indivíduo único, em transformação constante, na experimentação cotidiana. São os processos de subjetivação produzidos ao longo da vida de cada um de nós, no encontro com o outro, nas formas de apropriação simbólica das experiências vividas (no par material/imaterial, indissociável) e de invenção do mundo, onde estão a cidade e a reinvenção constante de si mesmo; o devir.

2. Amparados na formulação marxiana da centralidade ontológica do “trabalho”, reconhecemos o sentido ativo do trabalho (ANTUNES, 2000), seu lugar central na experiência de autorrealização do homem e sua dimensão político-transformadora. A atividade sensível humana é a maneira do ser humano inscrever e reconhecer sua marca humana, genérica e individual, no mundo; e, para tanto, o espaço é indispensável. É justamente por meio da atividade que se dá a indissociabilidade desta relação genérica e individual; da relação exterior, interior.

3. Esse indivíduo ativo, sujeito sócio-histórico, possui uma unidade específica e em constante mudança, a “identidade”: um exercício processual constante de externalização do psiquismo que, de forma dialética, novamente sofre a internalização, agora carregando os novos elementos trazidos pelo encontro com o outro (BARROS; NOGUEIRA, 2007). Essa experiência só é possível pela vivência da “alteridade”, pelo encontro especular ao olhar do outro, tanto pelo reconhecimento, quanto pelos antagonismos aí construídos e negociados. Sociohistoricamente, o ser humano constrói as suas condições de existência e satisfaz suas necessidades humanas, sempre sociais, fazendo do outro a garantia de sua existência.

4. O “espaço” não pode ser tomado por si mesmo, mas deve ser compreendido através do conteúdo a ele agregado pelos atores que de alguma forma ali inscrevem a história. O espaço é social e não existe sociedade a-espacial (SANTOS, 1999); a história não se escreve fora do espaço. No entanto, a história também não pode ser tomada por si só, pois precisa ser entendida de forma indissociável, por meio de sua espacialidade.

Em suma, percebemos que o processo psicossocial é atravessado por experiências simbólicas intimamente relacionadas com a esfera concreta, material e social: a “subjetividade” só existe enquanto materialidade – o que aqui entendemos como “a materialidade da dimensão subjetiva”.

Orientados por essa trajetória teórica, buscaremos trabalhar com o cotidiano da cidade, observando a apropriação do espaço, condição para as práticas sociais. Assim, entendemos ser necessária uma aproximação mais atenta dos significados e desdobramentos do espaço, enquanto referência do acontecer, elemento essencial da vida cotidiana – merecedor de rigorosa atenção da psicologia.

O ESPAÇO E A PSICOLOGIA

O conceito de espaço é alcançado apenas após trilharmos um árido caminho: teórico e prático, transdisciplinar e histórico. Gostaríamos de explorar dois aspectos que nos auxiliarão neste percurso de compreender o conceito: primeiramente, diante de sua difícil definição, devemos nos perguntar, afinal: o que é espaço? Em seguida, considerando que por meio do espaço a existência humana é possibilitada, levantar apontamentos para a discussão de sua importância frente às propostas da psicologia. Afinal, nossas categorias de compreensão do modo de vida humano são, necessariamente, atravessadas pela dimensão espacial. O modo de vida humano é, *a priori*, atravessado pela lógica espacial. Encontramos aí a reflexão que sustenta nossa proposta de discussão, nesta oportunidade, como bem aponta Boaventura de Sousa Santos (2000, p.197):

Todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais constituímos as diferentes ciências sociais e suas especializações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais e as trajetórias pessoais, a produção e a cultura, o direito e a violência, o regime político e os movimentos sociais, a identidade nacional e o sistema mundial, todos esses conceitos têm uma contextura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado pelo fato de os nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ela mas que, vemos agora, é a chave da compreensão das relações sociais de que se tece cada um destes conceitos. Sendo assim, o modo como imaginamos o real espacial pode vir a tornar-se na matriz das referências com que imaginamos todos os demais aspectos da realidade.

Tal contextura espacial nos leva a observar que a psicologia praticamente se ausentou quanto a uma leitura (imprescindível, contudo) sobre os processos de subjetivação que levassem em conta a dimensão espacial. E se a psicologia não for capaz de enxergar o sujeito considerado socio-historicamente, encontrará sua própria impossibilidade. Acabará por buscar compreender relações descontextualizadas, elevando uma *psiquê* sem corpo (sem história, sem materialidade), sem contexto, ao status de objeto de estudo, como tantas vezes temos, infelizmente, reconhecido nas ações dos psicólogos. Recorremos a Jurandir Costa na problematização dessa questão pois, apesar de seu texto se referir mais especificamente à questão do consumo, suas idéias vão ao encontro de nossa discussão, posto que:

[...] sentimentos sem expressão material é uma ficção idealista desprovida de sentido. Experiências emocionais ou se exteriorizam em coisas e eventos extracorporais ou desembocam no beco sem saída da psicopatologia. Emoções são feitas de imagens e narrativas de caráter mental, mas também das propriedades que lhes são emprestadas por objetos e situações materiais: peso, cor, cheiro, som, altura, largura e profundidade. Não conhecemos criaturas humanas que não tenham parte de suas emoções extrovertidas nos objetos do ambiente. Imaginar um eu, uma consciência ou um inconsciente confinados no ‘interior da mente’ ou ‘dentro’ dos limites do corpo físico é ir de encontro à mais corriqueira evidência. Todos temos relações emocionais com objetos, que, inúmeras vezes, são mediadores necessários à aproximação com o outro (COSTA, 2004, p. 18).

Negligenciar a materialidade da dimensão subjetiva seria constituir, no discurso e na prática da psicologia, uma falácia. Tal deslize serviria à manutenção de uma dada psicologia, aquela que desconsidera o sujeito humano enquanto sujeito, o apreende como objeto e o perde em relações de poder, focando-se na manutenção de tais relações: adaptando o indivíduo à sua condição de desigual.

Essas observações se baseiam na noção de espaço como produzido e apropriado; não como elemento puramente físico, *a priori*. Isto é, a noção de espaço, com a qual trabalhamos, leva-nos a pensá-lo a partir do movimento que sobre ele e com ele os atores sociais realizam a construção de suas emoções e representações. Assim, o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade. Rigorosamente, somos então orientados a pensar a subjetividade também através da dimensão espacial. Ora, também não é possível construir uma análise do espaço “em si” – seria o mesmo que fazer uma análise do tempo. O espaço deve ser percebido “pelos sujeitos” que nele se movimentam, pela apropriação que dele é feita. Desta forma “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS, 1994, p. 15). Entendendo a importância do espaço, nesta perspectiva, o compreendemos como um “sistema de objetos e sistema de ações”, vinculando-se necessariamente à atividade humana e aos produtos históricos dessa atividade.

Nota-se que a compreensão do espaço nos remete necessariamente ao trabalho: o espaço é um elemento fundamental desse complexo categorial, ontológico, que é a atividade sensível humana visto que o espaço possibilita a “conexão materialística de um homem com o outro” como apontam Marx e Engels (1947, p. 18-19), conexão esta “sempre tomando novas formas”. Em outras palavras, voltando a Milton Santos (1978, p. 137): “o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos”. A introdução da variável espaço em nossas leituras leva-nos a uma aproximação da realidade vivida, do vivido humano, do cotidiano (centro do acontecer histórico). Trabalhando com o espaço, somos conduzidos a uma perspectiva consistente da totalidade da questão social:

O espaço como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social: a econômica, a política, a ideológica e a conjuntura das relações sociais que dela resulta. O espaço portanto é sempre uma conjuntura histórica e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele. O espaço é suscetível de produzir, em troca, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, devido à forma particular de articulação das instâncias estruturais que ele constitui (SANTOS, 1987, p. 81).

No território, na apropriação do espaço, os lugares são definidos. No espaço, os sujeitos sociais inscrevem sua marca. Sabemos, ainda, que esses atores (“nós”) são efetivamente marcados por esses lugares, de diferentes formas – denunciando uma relação dialética. Justamente, é a existência desses atores que atará os “nós” que ligam a dimensão subjetiva à materialidade do espaço e da história, que dá sentido ao mundo;³ e, na mesma medida, é pelo movimento de apropriação ativa do mundo, histórico, social, que o ser humano constrói sua subjetividade – como sujeito humano: histórico, social e ativo.

Enfim, por que é o espaço um objeto privilegiado de estudo das ciências sociais? Porque, como explica Milton Santos (1999) o espaço compreende a interrelação de “um conjunto de objetos e de um conjunto de ações”, logo, uma categoria histórica: compreendendo tanto a forma quanto o conteúdo histórico, ao mesmo tempo, “forma e função”. A forma está ligada a uma imagem, a um mapa, a um desenho: a distribuição dos objetos – como a fotografia de uma favela, por exemplo. A função está ligada à ação, ao processo que moldou aquela paisagem denominada de favela – o trabalho, o processo histórico propriamente dito. Nota-se que essas duas esferas da dimensão espacial (forma e função) não podem ser dissociadas, de modo que uma dá sentido à outra, num processo constante e inesgotável.

Ora, é o espaço condição, meio e produto da reprodução da sociedade, apresentando-nos a história humana – logo, a dimensão política – no espetáculo cotidiano e na forma da escrita dessa história na arquitetura da cidade, hoje. Podemos olhar a cidade aprendendo a ler em seu desenho, nas formas de nossos

modos de vida, concretas-materiais, a lógica social que a engendra. A história está escrita na cidade, em sua arquitetura, em suas imagens e marcas, no que está explícito, exposto, e naquilo que é invisível e despercebido. Buscamos construir uma compreensão da vida social a partir da análise da lógica espacial: na própria escrita da cidade, na fluidez das relações que se constroem a partir de um determinado lugar que, de forma dialética, determina esta fluidez, pois “o homem não vê o universo a partir do universo, o homem vê o universo desde um lugar” (SANTOS, 1987, 81), o que faz toda a diferença.

Ao olharmos a cidade, como aponta Milton Santos, percebemos que “cada homem vale pelo lugar onde está”⁴ – aí está a dinâmica urbana cotidiana. A constante luta pela apropriação do espaço se perpetua e se mistura com as formas de produção, vemos assim que o espaço é um elemento decisivo no estabelecimento do poder. Lembremos que o poder é, ele mesmo, um lugar na relação social (ENRIQUEZ, 2001), ou seja, o poder não é nunca um atributo ou uma posse. Por isso, deve ser sempre reconquistado e precisa ser legitimado, nesta relação. Portanto, o espaço servirá como norma – na forma do território – para a relação de poder e seus conflitos.

Caminhar por nossas cidades, nos leva a ler em seu cenário, nas formas de nossos modos de vida, o resultado de nossos conflitos (conflito entre capital e trabalho; conflitos que emergem nas negociações inescapáveis da diferença, como discutiremos brevemente): a naturalização das desigualdades sociais reafirma a incompetência histórica/espacial na administração da relação igualdade/diferença. Interessa-nos nessa dinâmica, o processo que no espaço urbano se inscreve cotidianamente, em muros simbólicos e reais, em trajetos, acessos, fronteiras e olhares. O espaço é usado como limite e determinação social.

A necessidade de ordenação do território é uma das condições que funda o fenômeno social e a cidade é o lugar onde vão se dar essas práticas sociais, o lugar da concretude dos conflitos, da visibilidade do poder (sempre presente) e a invisibilidade do processo de dominação. Como vemos, a cidade é produto de lutas: trabalho social materializado, objetivado – produto de uma organização das relações sociais, da negociação política das diferenças. Nela, podemos conhecer a dimensão política da vida coletiva, ineliminável: a cidade é um fenômeno de origem político-espacial; nela encontramos a expressão física e dinâmica da estruturação das diferenças e, segundo Gomes (2002, p. 13), “poderíamos mesmo dizer que esta é uma de suas condições fundadoras”. O tecido urbano é uma obra histórica que se produz continuamente, revelando as contradições das relações históricas que ali se movimentam – contradições produzidas a partir do desenvolvimento desigual das relações sociais que atingem efetivamente a dimensão subjetiva.

CIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS

A desqualificação social possui variadas formas de expressão, dentre elas podemos apontar como as mais frequentes – e eficientes – o trabalho desqualificado e a segregação espacial, gerando o não reconhecimento ao ator social.

Quem sofre esse processo (como a estigmatização) vê sua condição de sujeito “esvaziada”, enquanto é colado a um lugar desvalorizado, sofrendo, por mecanismos ideológicos vários, pela responsabilização exclusiva de sua condição, de forma que todo o processo social que engenha aquela determinada condição é desconhecido e/ou ignorado. Nossa leitura não desconsidera, naturalmente, as operações de resistência dos grupos desqualificados, mas não poderemos, neste momento, nos ater a essa esfera.

Ao localizarmos esse sujeito no jogo social ampliado, percebemos que, insistentemente, essa condição de desqualificação serve àqueles que, em posições favoráveis, aproveitam-na exatamente para o reforçamento de seus lugares sociais, valorizando sua identidade de pertencimento em contraponto àquela desqualificada. Deste modo, a relação de alteridade reforça unicamente uma identidade valorizada: nós, a norma, os dominantes; eles, diferentes, anormais. Nesse movimento, se mantém o jogo econômico e de poder. Tal manutenção é construída a partir da relação de desigualdade própria do mecanismo do modo de produção capitalista, agindo pela necessidade da exploração que gerará o lucro, bem como pela via simbólica, a partir do mecanismo de oposição e negação do outro, não apenas diferente como desigual. Nota-se a cristalização e valorização de determinados lugares de pertencimento. Vemos assim que a precarização de determinados vínculos sociais vai servir à definição de outros. Obriga-se o sujeito a ocupar um lugar social que o desqualifica, porque esse lugar ocupado por esse sujeito tem a função de permitir que outro sujeito ocupe um outro lugar (valorizado).

Bader Sawaia (2000) compreende esse quadro a partir da “dialética inclusão/exclusão”, denunciando a desigualdade constitutiva da nossa sociedade que oferece diversos obstáculos a uma maioria impedida de movimentar-se no espaço público. Esses, incluídos de forma perversa (e não simplesmente “excluídos”, à margem) têm seu afeto e desejo desvalorizados, impedidos que estão de manifestar sua produção cultural e, mesmo, de apropriar-se da produção material, cultural e social valorizada em sua época. A partir da experiência de dor originada em questões sociais (contextualizadas em cada época histórica), o sujeito é colocado numa condição de inferioridade e subalternidade, sendo considerado como incapaz e inútil como parte da sociedade, como também já apontou Castel (1999). Neste quadro, a nosso entender, encontram-se as favelas brasileiras. Recebem, historicamente, um olhar de desqualificação e não reconhecimento, de segregação espacial imposta, como aponta Teresa (1997, p. 174):

Nas cidades em que os enclaves fortificados produzem segregação espacial tornam-se explícitas as desigualdades sociais. Nessas cidades, as interações cotidianas entre habitantes de diferentes grupos sociais diminuem substancialmente e os encontros públicos ocorrem principalmente em espaços protegidos e entre grupos relativamente homogêneos. O próprio tipo de espaço vai contribuindo para que os encontros públicos sejam marcados por seletividade e separação. Na materialidade dos espaços segregados [...] fronteiras sociais vão sendo rigidamente construídas.

Como percebemos, mais do que o não reconhecimento, impõe-se à favela a condição de bode expiatório de toda a cidade,⁵ responsabilizam-na pela sua existência e transformam a violência de que são vítimas em um atributo exclusivo e generalizado de favela; este cenário mostra-se como expressão evidente do processo de desqualificação social a que seus moradores são sujeitos, construindo um quadro de sofrimento social (GAULEJAC, 1997), onde a viabilidade da sobrevivência, material e simbólica, exigirá o desenvolvimento de diferentes e delicadas estratégias de busca de reconhecimento, tais como a saída pela cultura e pela arte (NOGUEIRA, 2004), pelo adoecimento (CARRETEIRO, 2000) e até pela criminalidade (ZALUAR, 1994; SALES, 2005). Assim, a cidade se vê como vítima do surgimento das favelas e se coloca à parte de tais localidades, insistindo numa separação que é falsa, desconhecendo e negando as questões presentes no processo de surgimento e crescimento das favelas e o uso que se faz de sua existência: que é tanto material quanto subjetiva – como mão de obra barata e, ainda, como público incapaz de consumir o que é valioso, e que se torna de valor exatamente porque é escasso.

A cidade se mostra um lugar privilegiado para o estudo de tais questões, configurando-se como expressão ostensiva da desigualdade, historicamente inscrita em sua arquitetura, assim como do antagonismo político e simbólico, localizado nas relações de classe, bem como nas relações intragrupos, pois nem sempre detonadas por processos econômicos. Podemos apontar diversos antagonismos grupais estabelecidos dentro da mesma classe social. Somos, pelas vias da cidade, levados a refletir sobre a esfera da alteridade:

A abertura para o outro que habita em nós é uma condição para a tolerância, pois uma das bases da intolerância é o mecanismo defensivo de projetar sobre o outro – meu semelhante na diferença – tudo aquilo que eu rejeito em mim mesmo. Se não quero admitir o ‘mal’ e a contradição em mim mesmo, vou projetá-los no outro, e eliminar no outro aquilo de que não quero saber, em mim. E, quanto mais próximo for o próximo, mais ele serve de suporte para esse mecanismo de defesa [...] (KEHL, 2004, p. 122).

A CIDADE – O MAIS SIGNIFICATIVO DOS LUGARES?

O conceito (e a experiência) de *polis* desenvolvido pelos gregos, cujo fundamento implicava a criação do espaço público (a *ágora*) e da convivência democrática como forma política (possibilidade de negociação das diferenças), é hoje ironicamente desvestido da relevância da convivência entre as pessoas, milhões, na mesma cidade, empurradas a práticas de segregação e medo frente ao espetáculo da violência urbana. Ao mesmo tempo, o termo cidadania se desgasta nos discursos ideológicos e perde-se na prática desse nosso determinado sistema, o capitalismo, de produção de nossas condições de existência.

A inauguração da experiência política já nasceu, vale lembrar, sob a égide da segregação, da desigualdade, já que cidadãos gregos não eram todos os gregos – ainda que não seja possível estabelecer um paralelo com a questão da cidadania contemporânea, já que os modos de subjetivação ali engendrados são rigorosamente distintos do que hoje é produzido. Contudo, ao que indica o cenário urbano, o processo experimentado e conduzido por nós hoje na esfera política, que é toda a cidade, reitera uma conjuntura de manutenção da desigualdade. Perguntamos, a partir da leitura de Alba Zaluar (ZALUAR; ALVITO, 1999), se a palavra e a persuasão perdem lugar para a força e a violência, hoje, na cidade moderna. O que movimenta a presença constante do medo, a “fala do crime” (CALDEIRA, 2000)? A quem interessa esse medo? E a violência? É a violência urbana um espetáculo? Um efeito colateral? Um “atributo” das classes sociais vulnerabilizadas? Será que segregação e participação social podem conviver lado a lado na construção de nossa história política? Tem a cidade a vocação de favorecer os encontros? Ou os desencontros? São os desencontros formas de encontro?

Não temos a pretensão de explorarmos todas essas questões, mas alguns desses pontos podem ser, com certa facilidade, discutidos, a saber: a violência, a política, a exclusão e os desdobramentos de tais questões no âmbito psíquico. Os apontamentos para essas questões, e suas respectivas respostas, estão no texto da cidade.

Assim, vemos que a violência aparece com maior intensidade e recorrência nos discursos sobre a cidade hoje: ora como causa de graves problemas, ora como consequência de outros – sempre como um espetáculo a ser visto, ou evitado.⁶

As narrativas de crime são um tipo de narrativa que engendram um tipo específico de conhecimento. Elas tentam estabelecer a ordem num universo que parece ter perdido o sentido. Em meio aos sentimentos caóticos associados à difusão da violência no espaço da cidade, essas narrativas representam esforços de restabelecer ordem e significado. (CALDEIRA, 2000, p. 28)

Não poderemos analisar os diversos elementos que se relacionam na manutenção e funcionamento da violência e do respectivo espetáculo que é feito dela, todavia não nos furtamos a colocar em relevo, para a sua compreensão, a questão da desigualdade estrutural de nosso sistema de produção que interdita a possibilidade da “reciprocidade” necessária à boa administração das diferenças intrínsecas aos seres humanos, como sugere Gilberto Velho (2000).

O espaço é condição e convite à ação, de acordo com o pensamento de Milton Santos (1999). E o espaço é também limite a essa ação. Hoje, esses limites tocam os processos de “inclusão perversa” (SAWAIA, 2000).⁷ Em que pese a percepção atual da cidade – o caos, a violência, o mal-estar generalizado, a fragmentação e a exclusão – localizamos a gênese desta representação nestes processos contraditórios. As leituras que focam uma fragmentação da cidade geram práticas que reforçam essa desigualdade: estratégias, geralmente imperceptíveis,

que visam a negação do todo da cidade, de sua heterogeneidade. Por exemplo: se, no trânsito pela cidade, encontra-se uma favela no caminho, ela é contornada sem que tal desvio seja percebido – sem que tal gesto, na forma de semelhante trajeto, e a realidade que ele esconde sejam percebidos. Antes, esse movimento vem a ser “naturalizado”, agindo assim a ideologia: traçamos esses trajetos como se fossem naturais e, por eles, definimos os nossos lugares na cidade; enquanto ao favelado o acesso ao espaço urbano é infinitamente delimitado, bloqueado, mesmo em espaços públicos...

Tais práticas alicerçam o soerguimento da relação de desigualdade; diversos outros exemplos podem ser levantados, citemos alguns: incrementação da chamada “arquitetura do medo”, com a repetida presença de grades, cercas elétricas, seguranças e blindados; multiplicação de “Shoppings Centers” e sua onipresença em nosso cotidiano, como área de lazer e segurança (para quem?); proliferação de condomínios fechados, com propagandas que vendem homogeneidade; dificuldade de compreender a relação entre espaço público e espaço privado; facilidade de transverter alguns espaços públicos em privados – inúmeras expressões do exercício de segregação, as impostas e as espontâneas.

Neste cenário, vale lembrar, a diferença – e não a desigualdade – é ineliminável à construção da subjetividade, ao contrário da percepção da desigualdade como “natural”. A alteridade é fundamento do processo de construção identitária. A alteridade, como percepção e negociação da diferença, é possibilidade de reconhecimento de mim mesmo. “Idem” – igual a mim, à minha identidade, diferente de um outro. Somos, então, novamente, levados ao encontro do trabalho de Milton Santos (1997), que afirma a cidade como o espaço onde mais encontros se dão, lugar que possibilita a percepção das diferenças e, desta forma, lugar privilegiado de educação (potencialmente): “quanto maior a cidade mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado” (SANTOS, 1997, p. 83). O autor define a cidade como o “lugar em que o mundo se move mais, e os homens também” (SANTOS, 1997, p. 83).

A cidade seria uma esfera privilegiada para o aprendizado das diferenças, por ser uma arena cultural e por nos empurrar à sociabilidade, forçando a percepção das diferenças – e sua negociação. Contudo, esse aprendizado vem sendo interdito pelo “uso” que faço do outro para reforçar o meu lugar e tamponar as contradições de nossa relação (como ensina Freud e desenvolve Enriquez, 1994). Se a diferença é peça-chave para a construção da subjetividade (FURTADO, 2002) e da intersubjetividade do nós, é paradoxal a busca pela anulação do desgaste na negociação dos possíveis antagonismos que emergem da diferença. “Nós” e “outro” são pares indissociáveis, como sabemos. Uma compreensão da vida social urbana leva a uma discussão sobre coletividade, sobre política, sobre identidade e a dimensão da alteridade, sobre diferença, e desigualdade, sobre os antagonismos e as formas de negociação que foram construídas, e as que não foram – a partir do trabalho, no espaço. A identidade depende do lugar onde nos inserimos, dele depende a possibilidade que daí floresce de posicionamento e a busca por pertencimento.

Nas cidades, os olhos não vêem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. Ícones, estátuas, tudo é símbolo. Signos urbanos, como placas, letreiros, anúncios... Na natureza, a paisagem é muda, árvores e pedras são apenas aquilo que são. Aqui, porém, tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento da cidade. O olhar percorre as ruas como páginas escritas: a cidade diz como se deve lê-la. Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que conta e o que esconde, parece impossível saber (BRISSAC, 1992, p. 311).

A cidade não deve ser pensada de forma idealizada, por sua representação ideológica, mas como o é na vivência coletiva de seus habitantes. É a cidade como “símbolo complexo capaz de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas” (CALVINO, 1990b, p. 85). Entender a cidade fora de sua representação hegemônica é o primeiro passo para a compreensão da vivência subjetiva de quem nela habita, para a compreensão dos fenômenos psicossociais estabelecidos nas trajetórias de vida que sobre a cidade se lançam, considerando suas contradições.

No caso das cidades, trata-se de reconhecer que as várias fisionomias da cidade, seus espaços, suas marcas, seus sinais, seus vazios, seus silêncios, suas ruínas e seus monumentos são expressões da luta de classes, são resultados técnico-formais de “apropriações da cidade”, que se expressam num conjunto de estruturas e imagens.

Daí que considerar a história da cidade é considerar as maneiras como a construção urbana é tributária de um complexo interdependente de motivações, referências, interesses e desejos, em que a subjetividade e as idiosincrasias como construtor-inventor, a racionalidade instrumental do urbanista-tecnocrata, e a pura gratuidade do gesto gráfico rebelde, fazem da cidade obra de arte, como diz Argan, mas, também, dispositivo político, discriminatório, estratégico. (PAULA, 1997, p. 53).

Perguntamo-nos se a subjetividade pode ser desvendada na materialidade. Sim, a cidade é portadora de sua história, inscrita em grades e ruas, becos e escadas, planos e construções, marcas que podem ser lidas nos detalhes presentes e ausentes do espaço apropriado – pelas pessoas, nas relações. Como cinzel e escultura de nossa percepção, a cidade inscreve os signos e representações que são nossos instrumentos subjetivos de construção de nós mesmos – e de construção da cidade. Para desvendar a realidade é necessário compreender como são formadas as imagens que formam a cidade, de quem são os olhares que a reparam. Trata-se de fazer a leitura da cidade não como imagem ou categoria fixa – posto que não o é, mas como um feixe de processos: é impossível dissociar a cidade do sujeito que nela habita, impossível compreender a cidade sem pensar na dinâ-

mica social que a constitui, e amparada em qual conjuntura (em qual modelo de produção? Sobre quais valores? Qual espaço?). Para uma apreensão da cidade, é preciso pensar seus moradores. Para uma compreensão da vivência desses habitantes, tem-se que perguntar sobre a cidade. Para pensar a subjetividade é preciso pensar o espaço, precisamente.

Assim é como resultado de uma dupla operação – simbólica e material – que a cidade se estrutura e se manifesta. De um lado a pedra e o cal, o ferro e a madeira, o espaço construído e suas funções. De outro lado a recepção destes elementos, destas imagens e o papel simbólico que realizam na estruturação de identidades coletivas. Cada prédio, cada praça, cada espaço são apropriados, vivenciados como peças de um universo simbólico que têm papel decisivo na cimentação social. (PAULA, 1997, p. 53)

A relação cidade/subjetividade só pode ser apreendida por um movimento dialético. Neste sentido, vemos que a chamada “crise da cidade” é fruto de um quadro crônico de conflito, mal negociado, desenvolvido por esse modelo de produção que se lança através de uma universalidade excludente. Portanto, a cidade chega a ser menos palpável exatamente para os que nela se encontram em posições menos móveis – como compreende Milton Santos (1999). A crise da cidade é o reflexo da crise na sociedade de trabalho abstrato,⁸ do modelo atual de acumulação de capital que pode ser percebido, em linhas mais gerais, e de forma familiar pela grande maioria da população, na forma do desemprego estrutural (da terceirização e do crescimento do trabalho informal). Ora, não adianta apenas conhecer a cidade formal, que localiza a crise nos grupos desfavorecidos – não é nela que atravessaremos para o outro lado do espelho: sabemos que “não se pode confundir a cidade com o discurso que a descreve” (CALVINO, 1990a, p. 14). Sobre cidade formal, regida por leis, assistida pelo Plano Diretor, entendemos que se movimenta uma cidade “outra” – “a cidade vivida” (SILVA; SOUZA, 2002) compreendida a partir e na relação da vivência de seus habitantes.

À cidade formal lança-se a cidade vivida, apropriada e experimentada no âmbito subjetivo por seus habitantes, que dela constroem representações – essas que agem, diretamente, no processo de construção de suas identidades; agem ainda na construção de seus lugares. Cidade vivida que oferece trajetos específicos a determinados grupos: mobilidade espacial bem delimitada (como exemplo banal apresentamos a existência dos elevadores de serviço); trajetórias de vida desenhadas em uma mobilidade psicossocial também circunscrita – ainda que de maneira não absoluta – no corpo e no espaço; no trabalho, na cidade.

Já não é mais possível desconhecer o conteúdo da cidade vivida. Simplesmente não é possível separar sociedade de ambiente construído, de espaço. É preciso conhecer a “cidade vivida”, admitir o espaço urbano como “ambiente construído por uma sociedade marcada pela desigualdade e pela arbitrariedade” (MARICATO, 1996, p.16).

NOTAS

¹A base empírica deste estudo desenvolveu-se por meio de entrevistas e recolhimento de história de vida de moradores de uma favela em Belo Horizonte, no esforço de compreender a relação entre trabalho e mobilidade psicossocial ao longo da trajetória de vida de um morador. No desenvolvimento deste estudo, cuja perspectiva teórico-metodológica repousou na Psicossociologia Clínica, fomos encontrando uma realidade que apontava para a necessidade do estabelecimento de discussões sobre a relação existente entre favela e cidade, como um todo; sobre a importância do espaço. O aprofundamento dessa discussão mobilizou a busca de contribuições de outras ciências, frente a algumas limitações apresentadas pela Psicologia, o que buscamos tecer de forma transdisciplinar.

²Vale lembrar que dizer lugares sociais “e” lugares espaciais é evitar uma importante discussão sobre a racionalidade moderna que produz tais aparentes dicotomias. Contudo, não poderemos adentrar tal discussão – a saber, como romper com algumas dicotomias e dualidades herdadas do projeto de modernidade – em virtude dos limites deste texto. Portanto, nos limitaremos à dicotomia, por seu valor didático; veremos, contudo, no desenvolvimento deste texto, como a dimensão espacial e a dimensão social são feixes entrelaçados.

³Brincamos com a palavra nós por entendermos estar aí a chave para a compreensão do mundo social: exatamente na relação indivíduo e sociedade; e entre materialidade e subjetividade (que, assim, encontra seu estatuto material e histórico, agenciando a construção da realidade humana no plano social).

⁴“Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território.” (SANTOS, 1987: 81)

⁵Foram e são muitas as tentativas de extermínio que sofrem as favelas desde seu surgimento (nascimento amparado nas questões econômicas e fundiárias brasileiras – questões essas que são sistematicamente desconsideradas nessas estratégias de “solução”). Cabe lembrar que enquanto o problema eleito for “a favela”, a solução será sua extinção, não atuando nos vetores que a formam. Observamos ainda que como mostram diversos estudos (DAVIS, 2006), são as favelas, hoje, mundialmente, a solução de moradia para enorme contingente populacional. Resta-nos compreendê-las mais de perto, aí observaremos que são as mesmas forças econômicas, simbólicas e políticas que atuam na cidade como um todo. Veremos assim, na favela, mais a semelhança do que a especificidade. A informalidade não é produzida ao largo da formalidade.

⁶É de fato, interessante percebermos como o discurso da violência é levantado sob justificativas pacificadoras; um enorme paradoxo e uma grande falácia se pensarmos na história e olharmos a cidade como contorno e concretização da história.

⁷Bader Sawaia (2000), bem como José de Souza Martins (1997), rejeitam o termo exclusão. Já a ideia de inclusão perversa emerge nos trabalhos dos autores como profícua possibilidade de pensar processualmente a questão da desigualdade e da vulnerabilidade.

⁸Marx faz a distinção entre as dimensões do trabalho abstrato e do trabalho concreto. O trabalho abstrato é o trabalho ‘reduzido’, funcionando resumida e simplesmente como um meio de subsistência, que se encontra em crise no momento atual (a sociedade salarial). O trabalho concreto, como primeira dimensão da atividade sensível humana, é eterno, não sofre influência das oscilações das formas de sociabilidade, de organização da produção – uma permanência na mudança, um fato ontológico. (MARX, 1983)

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?*. Campinas: Cortez, 2000.
- BARROS, V. A.; NOGUEIRA, M. L. M. Identidade e Trabalho: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. *Revista Educação & Tecnologia*. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 10-12, set./dez. 2007.
- BRISSAC, N. Ver o invisível: a ética das imagens. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.311.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 47, p.155-176, mar. 1997.
- _____. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.
- _____. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- CARRETEIRO, T. C. O. C. A doença do Projeto: uma contribuição as formas de afiliação e desfiliação social. In: SAWAIA, B. (Org.). *Artimanhas da exclusão: Análise Psicossocial e Ética da desigualdade social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, J. F. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENRIQUEZ, E. O Papel do Sujeito Humano na Dinâmica Social. In: MACHADO, M. M. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Instituições, poder e “desconhecimento”. In: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta, 2001.
- FOUCAULT, M. Geografia. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, O. Opsiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A.; GONÇALVES, M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

GAULEJAC, V. de. *Les Sources de la Honte*. Paris: Desclée de Brouwee, 1997.

GOMES, P. C.. *A Condição Urbana*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002.

KEHL, M R. Civilização partida. In: NOVAES, A. (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, v. I, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 1947. São Paulo: Hucitec, 1984.

NOGUEIRA, M. L. M. *Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. 2004. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PAULA, J. A. de. Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamento. *Varia História*, Belo Horizonte, n.18. p. 43-60, nov./1997.

SALES, M. M. Busca de reconhecimento social e vivência de estigmatização: notas sobre uma população favelada. *Encontro: Revista de Psicologia*, Santo André, v. 9, n. 11, p. 20-28, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Da Política dos estados à políticas das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte*, n. 6, p. 9-23, jul/dez. 1997.

_____. O retorno do território. In: _____.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SAWAIA, B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMMEL, G. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. *Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Primeira edição, 1902.

SILVA, R. H. A.; SOUZA, C. Múltiplas Cidades: entre morros e asfaltos. In: FRANÇA, V. R. V. (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUSA SANTOS, B. de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRG/FGV, 2000.

ZALUAR, A; ALVITO, M. (Org.). *Um século de Favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

Recebido em: maio de 2008

Aceito em: fevereiro de 2009

